

Dívida do Brasil soma 55% do PIB

MARISE LUGULLO

Agência JB

BRASÍLIA – De janeiro a setembro deste ano, as contas públicas (governos federal, estaduais e municipais) acumularam um superávit primário (receitas menos despesas, excluindo o pagamento de juros) de R\$ 41,2 bilhões. A economia obtida com o corte de gastos contrasta com a dívida do governo que, no mesmo período, cresceu R\$ 108,7 bilhões, cerca de 2,6 vezes mais do que se conseguiu economizar.

Ao mesmo tempo em que a dívida ficou maior, a capacidade que o país tem de pagá-la ficou menor. A relação da dívida pública com o Produto Interno Bruto (PIB), que mede a capacidade de pagamento do governo, passou de 49,4% no fim do ano passado para 54,8% em setembro deste ano. Isso significa que o setor público, agora, deve mais da metade de toda a riqueza produzida anualmente pelo país, o equivalente a R\$ 671,9 bilhões.

Desvalorização – Segundo o Banco Central, o aumento da dívida pública foi provocado pela desvalorização do real frente ao dólar, que só no mês passado foi de 4,7%. Além disso, contribuiu para o aumento da dívida a elevação dos juros básicos (Selic) promovida este ano para impedir a alta da inflação. Com isso, de dezembro de 2000 a setembro de 2001 a dívida pública aumentou 19,3%.

O acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que estabeleceu uma meta de inflação de 4% para este ano e obrigou o BC a elevar os juros, não teve impacto apenas na elevação da dívida interna. O acordo foi responsável por um baixo percentual de execução do orçamento do governo, menos de 50% nos nove primeiros meses. Para conseguir um superávit de R\$ 41,2 bilhões, o governo deixou de investir em setores estratégicos da economia e parte do dinheiro previsto no orçamento para obras não foi liberado para que houvesse sobra no caixa.

O superávit acumulado este ano pelo governo equivale a 4,7% do PIB e supera em quase R\$ 1 bilhão a meta acertada com o FMI para todo o ano de 2001, que era de um superávit de R\$ 40,5 bilhões. Os recursos não gastos pelo governo vão para o pagamento dos juros da dívida, que nos primeiros nove meses do ano somaram R\$ 61,7 bilhões. Como a economia foi de R\$ 41,2 bilhões, o resultado nominal das contas públicas, que inclui os gastos com juros, ficou deficitário em R\$ 20,5 bilhões.

Resultados – As três esferas da administração apresentam resultado primário positivo em suas contas no ano. O Governo Central (Tesouro Nacional, INSS, Banco Central e empresas estatais federais) respondeu por R\$ 29,1 bilhões, dos quais R\$ 3,9 bilhões foram gerados pelas estatais federais, como Petrobras e Eletrobras. Já os governos regionais (Estados, municípios e suas empresas estatais) foram responsáveis por R\$ 12,1 bilhões desse superávit.

Somente em setembro, o superávit primário atingiu R\$ 4,4 bilhões, frente aos R\$ 3,7 bilhões de agosto. O chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, disse que dá para garantir que a meta de 2001 será cumprida, mas não deve haver muita folga porque, nos três últimos meses do ano, costuma ocorrer uma pressão maior por gastos. Um dos motivos é o pagamento do décimo-terceiro salário do funcionalismo. Com isso, em outubro, novembro e dezembro, pode-se esperar superávits menores ou até mesmo déficits.

No mês passado, os governos conseguiram economizar mais com juros. As despesas totalizaram R\$ 5,9 bilhões, contra R\$ 8,5 bilhões de agosto. Essa economia tem sido arcada pelo consumidor, que paga, na ponta, taxas maiores para que o BC mantenha a Selic em 19% ao ano. É que, para rolar sua dívida, o governo precisa vender títulos, parte deles atrelada ao câmbio, parte à Selic e ainda uma parcela prefixada.

Contas Públicas (últimos 12 meses – em R\$ milhões)

	Resultado primário	Resultado nominal
2000		
Outubro	853	-6.054
Novembro	5.403	-30
Dezembro	-3.375	-8.582
2001		
Janeiro	5.628	-2.707
Fevereiro	3.231	-1.958
Março	6.156	1.839
Abril	8.244	-958
Maió	3.706	-1.151
Junho	3.453	-3.233
Julho	2.714	-6.044
Agosto	3.679	-4.851
Setembro	4.397	-1.467

Fonte: Banco Central